

CORREIO PAULISTA



Reunião teve a presença de representantes da Apae.

Audiência discute escolas especializadas em SP

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou, na terça-feira (11), audiência pública para debater a inclusão de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades em escolas especializadas. A reunião, proposta pelo deputado Fábio Faria de Sá (Podemos), contou com a presença de familiares e representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). O principal tema foi o Decreto Federal nº 12.686/2025, que propõe a inclusão de estudantes com deficiência

em classes regulares, com apoio especializado. Participantes da audiência consideraram a medida ineficaz e defenderam a manutenção e ampliação das escolas especializadas. Faria de Sá afirmou que essas instituições oferecem acompanhamento adequado e professores capacitados. O vereador de Torrinha, Samy Liziero, classificou o decreto como um "retrocesso na educação inclusiva" e pediu diálogo com famílias e educadores antes de sua reedição pelo governo federal.

Aval a projeto sobre ICMS

A Alesp aprovou, na terça-feira (11), no Congresso de Comissões, o relatório favorável ao Projeto de Lei 1.055/2025, do governo estadual, que propõe vincular a distribuição de parcelas do ICMS para a educação básica ao desempenho de cada município. Atualmente, metade do repasse considera o porte das cidades. O projeto

defende que a mudança incentive gestores a investir na melhoria do ensino. O voto em separado do deputado Tomé Abduch (Republicanos) foi aprovado, enquanto o parecer contrário do deputado Luiz Claudio Marcolino (PT), que alertava para o risco de ampliar desigualdades entre municípios, foi rejeitado.

Divulgação/SSP



Compartilhamento entre os estados representa avanço.

Acordo para integração de dados na segurança

Os governos de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul assinaram, na última terça-feira (11), em Florianópolis (SC), um termo de cooperação técnica para o compartilhamento de informações na área da segurança pública. O acordo foi firmado durante a 5ª edição do SULMASS, grupo criado em 2023 para integrar ações contra o crime organizado. O pacto prevê o intercâmbio de dados sobre movimentos de veículos captados por

câmeras com leitura de placas, além do compartilhamento de bancos de imagens de pessoas procuradas e desaparecidas. A iniciativa busca reforçar a investigação, a inteligência policial e o combate a roubos e furtos de veículos. Segundo o SULMASS, os cinco estados somam cerca de 94 mil mandados de prisão em aberto. Desde o início da cooperação, já foram realizadas três operações conjuntas, com mais de 3,7 mil prisões e a apreensão de 21,4 toneladas de drogas.

Novo bloco de editais com R\$ 210 mi

O Governo de São Paulo lançou, nesta quarta-feira (12), o terceiro bloco de editais do programa Fomento CultSP, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) 2025. A iniciativa, coordenada pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, prevê investimentos superiores a R\$ 210 milhões.

Alesp aprova fim da Furp e transferência ao Butantan

Incorporação permitirá o aumento do portfólio de medicamentos

Governo de SP



Segundo informações divulgadas, a transição entra agora em fase final de planejamento.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, em sessão extraordinária realizada na terça-feira (11), o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 49/2025, de autoria do Governo do Estado, que determina a extinção da Fundação para o Remédio Popular (Furp) e a transferência de suas atividades para o Instituto Butantan. Com a mudança, o laboratório farmacêutico será incorporado à estrutura do Butantan, recebendo a denominação de Instituto de Ciência e Tecnologia.

Segundo o Executivo estadual, a proposta tem como objetivo garantir maior eficiência e modernização na produção de medicamentos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O governo justificou a medida com base em estudos que apontaram desequilíbrio financeiro na Furp.

Durante a tramitação, o texto recebeu seis emendas apresentadas por parlamentares, consolidadas em uma subemenda ao relatório final. As alterações modificaram o artigo 3º e suprimiram o artigo 4º da proposta original, que previa a possibilidade de venda das fábricas da fundação.

Com as mudanças, foi assegurada a incorporação dos funcionários da Furp ao Instituto Butantan e a preservação das unidades industriais. "Na audiência pública, o presidente do Instituto Butantan afirmou que não fecharia as fábricas, mas havia um artigo que autorizava a venda dos imóveis. Ne-

gociamos e retiramos esse trecho, o que foi um avanço importante", disse o deputado Donato (PT).

Relator do projeto, o deputado Carlos Cesar (PL) afirmou que as emendas visam garantir a continuidade das atividades e a valorização dos servidores. "A intenção é ampliar a fabricação de medicamentos e oferecer melhores condições de atendimento à população", declarou.

Histórico da Furp

Criada há mais de 50 anos, a Fundação para o Remédio Popular é o laboratório público do Governo do Estado de São Paulo. A instituição tem como missão regular o mercado de medicamentos, suprindo lacunas de abas-

tecimento e garantindo preços acessíveis ao SUS.

A Furp possui duas unidades fabris: uma em Guarulhos, inaugurada em 1984, com 200 mil metros quadrados, e outra em Américo Brasiliense, construída em 2009, com 268 mil metros quadrados. Nessas plantas são produzidos comprimidos, cápsulas, pomadas, soluções e outros medicamentos distribuídos em todo o país.

A votação do PLC 49/2025 foi precedida de intenso debate entre os parlamentares. Para o relator, Carlos Cesar, a incorporação permitirá otimizar a produção de medicamentos públicos. "É um projeto que busca ampliar a oferta de remédios e integrar a

experiência do Butantan na área da saúde", afirmou.

Donato (PT), por outro lado, manifestou preocupação com os impactos da extinção da fundação. "É grave extinguir uma instituição que produz medicamentos populares, especialmente após uma pandemia. O país precisa manter capacidade própria de produção de remédios acessíveis", disse o deputado. Já o líder do governo, deputado Gilmaci Santos (Republicanos), defendeu a medida. "A incorporação ao Butantan reforça a confiança de que o propósito da Furp será mantido", afirmou.

Com a aprovação, o projeto segue agora para sanção do governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Agronegócio paulista registra superávit de US\$ 19 bilhões em 10 meses

Divulgação



Navio porta-contêineres atracado no Porto de Santos (SP).

Nos dez primeiros meses de 2025, o agronegócio de São Paulo manteve desempenho positivo no comércio exterior, com superávit de US\$ 19,07 bilhões. O saldo decorre de exportações que somaram US\$ 23,92 bilhões e de importações no valor de US\$ 4,85 bilhões. As exportações do setor representaram 40,8% do total exportado pelo estado no período, enquanto as importações correspondem a 6,6%.

Em 2024, o agronegócio paulista havia registrado recorde no superávit, impulsionado principalmente pela demanda internacional por produtos do complexo sucroalcooleiro. Em 2025, apesar de um cenário internacional menos favorável, o estado alcançou o segundo melhor resultado da história das exportações, segundo Carlos Nabil Ghobril, diretor da Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios (Apta).

O complexo sucroalcooleiro liderou as exportações, respondendo por 30,8% do total, equivalente a US\$ 7,37

bilhões. Deste montante, o açúcar representou 92,7% e o álcool etílico (etanol) 7,3%. O setor de carnes veio em seguida, com 15,1% do valor exportado (US\$ 3,60 bilhões), predominando a carne bovina (85%).

Produtos florestais correspondem a 10,3% do total exportado, com US\$ 2,47 bilhões, sendo 54,9% de celulose e 36,2% de papel. Os sucos representaram 10,1% (US\$ 2,43 bilhões), principalmente suco

de laranja (97,8%). O complexo soja registrou 9,2% do total exportado, com US\$ 2,21 bilhões, dos quais 79% referentes à soja em grão e 15,6% ao farelo de soja. Juntos, esses cinco grupos responderam por 75,5% das exportações do setor paulista. O café apareceu em sexto lugar, com participação de 6,3% (US\$ 1,51 bilhão), principalmente café verde (76,5%) e café solúvel (19,6%).

Em relação a 2024, os maiores aumentos de exportação ocorreram nos grupos de café (+42,8%), carnes (+24,7%) e complexo soja (+0,8%), enquanto o complexo sucroalcooleiro apresentou queda de 31,3%, produtos florestais -6,9% e sucos -0,8%. Essas variações, segundo informações, refletem alterações nos preços e nos volumes exportados.

A China continua sendo o principal destino das exportações do agronegócio paulista, com 24,3% de participação, seguida pela União Europeia (14,3%) e pelos Estados Unidos (12,2%).

Água mais barata após desestatização

Moradores atendidos pela Sabesp pagam atualmente a menor tarifa de água entre as 20 maiores operadoras de saneamento do Brasil, segundo levantamento do setor. Para um consumo residencial de 10 mil litros mensais, o valor cobrado pela empresa paulista é de R\$ 37,96. Em comparação, em Belo Horizonte a conta pode chegar a R\$ 59,24; em Brasília, R\$ 50,03; e no Rio Grande do Sul, R\$ 121,80. A redução está diretamente relacionada à desestatização da Sabesp, concluída em julho de

2024. O processo possibilitou a ampliação do acesso à Tarifa Social, beneficiando famílias de regiões mais carentes e garantindo água e tratamento de esgoto em áreas rurais e zonas informais. Após a desestatização, as tarifas social e vulnerável tiveram redução de 10%. As residenciais normais caíram 1%, enquanto comerciais e industriais tiveram queda de 0,5%. Segundo a consultoria Global Water Intelligence (GWI), São Paulo foi a única capital brasileira a registrar diminuição na tarifa residencial

em 2024, enquanto a média nacional subiu 6,8%.

O número de famílias beneficiadas pela Tarifa Social quase dobrou no primeiro ano após a desestatização, passando de 991 mil para 1,8 milhão. Os descontos podem chegar a 78% sobre o valor convencional. O mecanismo é financiado pelo Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento (Fausp), criado com R\$ 4,4 bilhões provenientes da venda de ações da Sabesp pelo governo estadual. Dividendos gerados pela participação de 18% do

Estado na empresa garantem a manutenção dos subsídios.

Além das reduções, a companhia adotou um novo modelo de regulação tarifária, em que os investimentos só entram no cálculo das tarifas após a entrega das obras. A mudança visa dar mais transparência e evitar que consumidores paguem por melhorias ainda não realizadas.

Samanta Souza, diretora-executiva de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Sabesp, afirma que o modelo "alinha eficiência, inclusão social e responsabilidade".